

É DANDO QUE SE RECEBE: PRÁTICAS DE RECIPROCIDADE TRADICIONAIS E NOVAS EM COMUNIDADES RURAIS

Maria do Socorro de Lima Oliveira¹, Ghislaine Duque²

¹Bolsista CNPq/PPGS, Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Avenida Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, 58109-970 – Campina Grande – PB – e-mail: mdelimaoliveira@yahoo.com.br

²Professora Orientadora PPGS/CH, Universidade Federal de Campina Grande, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Avenida Aprígio Veloso, 882, Bodocongó, 58109-970 – Campina Grande – PB e-mail: ghduque@uol.com.br

Resumo: Nas comunidades rurais do Cariri paraibano, organizações recentes (como Associações, Cooperativas, Crédito Rotativo) ao mesmo tempo se apóiam em práticas tradicionais de reciprocidade (mutirão, apadrinhamento, troca de pastos) e as ultrapassam, na medida em que se inserem nos circuitos econômicos do mundo capitalista. Porém, essas novas práticas de reciprocidade se opõem aos princípios de lucro do sistema capitalista, baseando-se em trocas horizontais. A ambigüidade é que carregam o risco, ao se fundamentarem em práticas tradicionais, de recriar laços clientelistas.

Palavras-chave: Reciprocidade, Sociabilidade, Comunidades Rurais

Área do Conhecimento: VII - Ciências Humanas

Introdução

Neste trabalho é considerada a premissa de que, no Cariri paraibano como em outras regiões rurais, as Comunidades são permeadas por laços sociais tradicionais de reciprocidade, solidariedade e confiança que constituem o alicerce de todo um processo de sociabilidade baseado no *ethos* camponês.

Paralelamente aos costumes e às tradições - organização e divisão do espaço social em pequenos sítios, sistema produtivo baseado nas culturas de subsistência, modo de vida camponês caracterizado pelo afeto a terra e a unidade familiar, entre outros, novos atores e novas formas organizacionais foram surgindo, dando uma nova configuração à Comunidade. Esses novos atores e organizações podem ser agentes internos como Associações de produtores e Cooperativas, bem como entidades externas, Sindicatos e ONG's com vocação voltada para o rural.

É preciso salientar que essas novas práticas não negam as tradicionais, pois ao adentrarem no espaço social da Comunidade, se apóiam nos laços já existentes, reforçando-os. Isso constitui um

estímulo importante para um novo processo de sociabilidade que não nega, necessariamente, o antigo.

Metodologia

A pesquisa foi realizada em três Comunidades Rurais do Cariri paraibano, a saber: Mandacaru, Cardeiro e Marmeleiro (a fim de preservar a identidade das comunidades, os nomes aqui mencionados são fictícios). Os primeiros passos do estudo foram: o reconhecimento da área a ser pesquisada e o levantamento do número de famílias que compõem as Comunidades (vale salientar que essas Comunidades são vizinhas e que mantêm laços sociais recíprocos de confiança e solidariedade). Depois iniciaram-se as entrevistas: em primeiro lugar para se entender, a partir dos relatos, a história de cada comunidade e em segundo, para construir a árvore genealógica das famílias (passos importantes para se compreender os laços de reciprocidade e solidariedade que permeiam os agrupamentos sociais). Adotou-se o sistema de entrevista semi-estruturada com o auxílio de roteiro prévio e de gravador. Outra técnica utilizada foi o diário de campo. Depois, foram feitas as transcrições das fitas, a análise dos

dados das entrevistas e das anotações do diário de campo. Por fim, confeccionou-se um relatório e alguns artigos.

Resultados e Discussão

As Comunidades rurais podem ser entendidas como uma organização social marcada por laços sociais fortes e coesos, onde há, por parte de seus membros, um forte sentimento de pertencimento. Segundo Mendras [1], cada membro está ligado aos demais por uma forte relação bilateral de conhecimento global e possui consciência de ser conhecido do mesmo modo. O conjunto dessas relações dá origem a um grupo ou uma coletividade de interconhecimento.

É nesse tipo de organização social - de interconhecimento - que é possível verificar com mais frequência os laços sociais de reciprocidade e solidariedade como fatores importantes de produção e reprodução da tradição e dos costumes, bem como, da manutenção da vida econômica e social.

Um dos elementos sócio-culturais mais fortes e evidentes nas Comunidades Rurais do Cariri são as relações sociais estabelecidas a partir da reciprocidade. Estas constituem a base das sociedades de interconhecimento, pois é a partir do intercâmbio - horizontal e vertical - que se estabelece um processo de socialização e reprodução social.

A socialização é aqui entendida, segundo Guy Rocher [2], como um “processo pelo qual, ao longo da vida, a pessoa humana aprende a interiorizar os elementos sócio-culturais do seu meio, integrando-os na estrutura de sua personalidade, sob a influência de experiências de agentes sociais significativos, e adaptando-se assim ao ambiente social em que deve viver”. Esse processo de socialização se efetua em três fases concomitantes - a aquisição da cultura, a integração da cultura na personalidade e a adaptação ao ambiente social - que, no caso das comunidades rurais do Cariri, é marcado por laços de reciprocidade [4].

A reciprocidade é um tipo de sistema de relações de trocas baseado na lógica de dádiva, tal como formulada por M. Mauss [3] em seu *Essai sur le don*. Segundo Mauss, a

dádiva compreende três momentos: aqueles do *dar*, do *receber* e do *retribuir*. Nesse tipo de sistema, os bens circulam de forma horizontal e o objetivo mesmo da circulação destes bens é a perenização dos laços sociais”. A lógica da dádiva obedece a um tipo de determinação social específica, pois ao mesmo tempo em que é livre, é também obrigada; a doação é essencialmente paradoxal. Isso porque o retorno, ou *contradáviva*, não é uma obrigação de fato: ele é incerto, porém esperado. As trocas e os contratos são feitos sob forma de presentes teoricamente voluntários, mas na realidade compulsoriamente dados e retribuídos[3]. É o receio de exclusão do sistema sócio-econômico, por não cumprir com essa regra rígida de reciprocidade, que gera a obrigação da *contradáviva*. Sendo assim, a dádiva constitui o sistema das relações propriamente sociais na medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse puramente econômico.

O intercâmbio social existente nas Comunidades de Mandacaru, Cardeiro e Marmeleiro constitui a base do sistema de trocas - culturais, simbólicas, econômicas - podendo ser entendido como um dos principais aspectos da sociabilidade camponesa.

Esse intercâmbio é mantido internamente entre os camponeses e externamente destes com as comunidades vizinhas e com a sociedade envolvente. Sendo assim, a permanência de prestações econômicas não mercantis e o manejo comunitário de bens ou recursos coletivos coexistem com uma integração parcial no mercado, e essa coexistência, na maioria dos casos, se apresenta de forma conflituosa.

A relação com o mundo capitalista, às vezes, causa alguns conflitos de valores, pois esse intercâmbio favorece o confronto entre uma cultura ainda marcada por relações de proximidade e solidariedade, com outro mundo, o do capital, em que reina o utilitarismo.

Pode-se verificar que atualmente o intercâmbio social entre o campo e a cidade se fortaleceu. Enquanto, há algumas décadas atrás, havia uma situação de quase isolamento em relação ao mundo exterior. Hoje, os membros das Comunidades

mantêm uma forte interação com a sede do município, por um lado, devido à proximidade que as estradas e os meios de transporte proporcionaram, por outro lado, pela busca dos serviços que a cidade pode oferecer: saúde, educação, serviços financeiros e o mercado.

Nestes pontos podem ser destacados em relação à saúde: o acesso a hospitais e farmácias – proximidade que enfraqueceu um pouco o ofício das benzedadeiras e o uso de ervas medicinais -; na educação: verifica-se o melhoramento do grau de escolaridade entre os membros das Comunidades, pois diariamente os adolescentes vão à cidade freqüentar as escolas de ensino médio, uma vez que em Mandacaru, Cardeiro e Marmeleiro só existe ensino fundamental; quanto aos serviços financeiros, houve uma maior recorrência ao sistema bancário, principalmente com a implantação da linha de crédito do Governo Federal destinada aos agricultores familiares: o PRONAF; já com o mercado, ainda é forte a presença do atravessador, porém há casos de agricultores que vão pessoalmente vender seu excedente da produção na feira municipal.

Contudo, de acordo com Wanderley [5], as transformações que ocorreram no meio rural não são percebidas como o efeito de difusão da cidade sobre o campo, mas, sobretudo, como o resultado de iniciativas dos próprios 'rurais', cidadãos plenos, em articulação com os habitantes das cidades. Desta forma, quando os camponeses buscam a paridade social em relação à qualidade de vida e aos direitos políticos, essa busca não descaracteriza de forma alguma seu modo de vida. Muito pelo contrário, agrega novos elementos que contribuem para o fortalecimento de suas famílias e organizações.

Paralelamente às relações mercantis, as prestações econômicas não mercantis correspondem à permanência de práticas camponesas de reciprocidade - tradicionais e "novas" -. Nas tradicionais, pode-se evidenciar o trabalho em mutirão, a troca de pastos, o escambo dos excedentes; enquanto nas "novas" destaca-se o Associativismo, o Cooperativismo e o Crédito Rotativo Solidário. Este último é implementado nas Comunidades por

algumas ONG's em colaboração com as Associações locais.

Essas práticas recentes de reciprocidade são consideradas "novas" por inserirem novos elementos e novos atores na composição das relações sociais presentes na Comunidade. Porém, elas não negam as práticas tradicionais, muito pelo contrário; ao passo que vão adentrando o espaço social da comunidade, elas se apóiam nos laços de reciprocidade já existentes, incentivando-os e reforçando-os.

Vale salientar que nas Comunidades Rurais do Cariri paraibano – como várias outras regiões do Nordeste - possuem uma característica de origem histórico-social marcada pelo patriarcalismo e por sua dependência em relação à sociedade envolvente. Trata-se de uma "cultura da subalternidade", criada pelo clientelismo, caracterizada por uma relação individual de dependência vertical, contrária às formas horizontais de organização e de reciprocidade.

A herança da escravidão e do coronelismo mantém as populações numa relação de dependência em relação ao poder local, seja ele representado pelo grande proprietário, pelo "chefe" político, pelo poder municipal ou estadual. O binômio: "Um favor - um voto" continua imperando, dando continuidade ao poder dos donos. De acordo com os técnicos das ONG'S que atuam na região, a influência de novos atores e de novas formas de reciprocidade tem contribuído com um efeito político de ajudar a abalar essa "cultura", na medida em que os produtores vão descobrindo e firmando sua capacidade de construir benefícios por conta própria, sem depender de políticos; eles vão ganhando autonomia ao passo que vão se libertando dos favores. É o caso do Crédito Rotativo Solidário que funciona em forma de um consórcio entre os camponeses, destinado à construção de alguns bens, tais como: cisternas, barragens subterrâneas, cercas de telas, silos, entre outros.. Este sistema reforça os laços de reciprocidade horizontais, já que a ajuda mútua é a grande regra: compartilham o pagamento do bem escolhido, bem como o trabalho, pois esse bem é geralmente construído a partir de um mutirão entre os envolvidos no consórcio.

Porém, um sistema que se apóia nos laços sociais de reciprocidade, solidariedade e confiança corre o risco de assimilar a forma que estes laços assumem em cada comunidade. No caso de Cardeiro, os laços de reciprocidade são horizontais e simétricos. Sendo assim, houve circulação e reprodução do CRS por toda a comunidade. Já as comunidades de Mandacaru e de Marmeleiro são marcadas por toda uma história de dependência e clientelismo, onde a reciprocidade que existe entre os seus membros é vertical. Nestas duas comunidades o CRS não funcionou bem. Alguns dos camponeses envolvidos com o sistema não restituíram o valor das parcelas dos bens consorciados e a maioria dos membros ficou sem receber o benefício. Sendo assim, o CRS ao invés de promover a autonomia, acentuou as diferenças.

No entanto, alguns relatos dos camponeses, bem como dos técnicos das ONG's que incentivam esse sistema de crédito, evidenciaram que algumas mudanças podem ser percebidas. Segundo o discurso de um dos técnicos, "*é muito difícil abalar décadas de dependência e subalternidade, o trabalho com esse sistema que visa a organização e autonomia dos camponeses já é um pontapé inicial*".

Conclusões

No texto foram enfocadas, a permanência e a emergência de laços sociais de reciprocidade, solidariedade e confiança que constituem a base do processo de sociabilidade camponesa. Esses laços sociais podem ser tanto horizontais – e nesse caso, reforçam a solidariedade com potencial de organização e conquista da autonomia – quanto verticais – dando origem a uma cultura da subalternidade que impede a autonomia, favorecendo o clientelismo.

A inserção de novas organizações e novos atores no âmbito da Comunidade não modificou essa paisagem social. Ao contrário, o fato desses novos atores terem se apoiado nas relações tradicionais, reforçando-as, provocou tanto um fenômeno quanto o outro: o reforço da organização ou o surgimento de novas formas de assistencialismo. Os primeiros resultados da pesquisa deixam pensar que os dois fenômenos se manifestam ao mesmo tempo.

No caso da Comunidade de Mandacaru e Marmeleiro, os resultados da pesquisa deixam pensar que os dois fenômenos se manifestam ao mesmo tempo, embora predomine o ressurgimento do clientelismo.

Desta forma, na configuração sócio-cultural das Comunidades Rurais do Cariri são encontradas prestações recíprocas verticais e horizontais, bem como práticas de reciprocidade e sociabilidade tradicionais e novas [4].

Referências Bibliográficas

- [1] Mendras, H. (1978). *Sociedades camponesas*. Rio de Janeiro. Ed. Zahar.
- [2] Rocher, G. (1971). *Sociologia Geral*. Lisboa. Ed: Presença.
- [3] Mauss, M. (1966). *Essai sur le don*. Paris, Presses Universitaires de France.
- [4] Sabourin, E. (1999). Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. Campina Grande, *Revista Raízes*. Ed. Universitária. não encontre nas citações
- [5] Wanderley, N. B. (2002). Territorialidade e Ruralidade no Nordeste: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Sabourin, E. & Teixeira, O. A. *Planejamento e Desenvolvimento dos Territórios Rurais: Conceitos, controversas e experiências*. Brasília. Embrapa.